

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 27.093.558/0001-15

NIRE 33.3.0028974-7

Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018

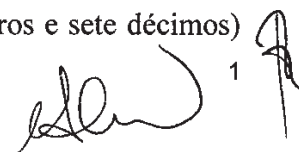
(lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida  
no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.474/1976, conforme alterada)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 26 de abril de 2018, às 11h, na sede da MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A. ("Mills" ou "Companhia"), localizada na Estrada do Guerenguê, nº 1.381, Taquara, Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.713-002.

CONVOCAÇÃO: Por edital publicado nos dias 27, 28 de março e 2 de abril de 2018, no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" (fls. 19, 152 e 16, respectivamente) e nos dias 27, 28 e 29 de março de 2018 no jornal "Valor Econômico" (fls. E12, E2 e E3, respectivamente).

PUBLICAÇÕES: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, bem como do parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme aprovação em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de março de 2018, foram publicados no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" (fls. 39 a 46) e no jornal "Valor Econômico" (fls. E13 a E19) em 21 de março de 2018, dispensada a publicação dos avisos de que trata o artigo 133, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do mesmo artigo. Foram também divulgados ao mercado eletronicamente os documentos exigidos pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481").

PRESENÇA: Acionistas titulares de 119.069.417 (Cento e dezenove milhões, sessenta e nove mil e quatrocentos e dezessete) ações com direito de voto, correspondendo ao percentual de 68,7% (sessenta e oito inteiros e sete décimos)

 1

do capital social da Companhia, conforme registro no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, constatando-se, dessa forma, a existência de *quórum* de instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Presentes ainda o Sr. Marcelo Sobrinho Ferreira (CRC/RJ 111.079/0-3), representante da KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia durante o exercício de 2017 ("Auditores Independentes"), e o Sr. Eduardo Botelho Kiralyhegy, membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, em razão do disposto no parágrafo 1º do artigo 134 e no artigo 164 da Lei das Sociedades por Ações.

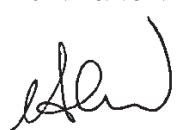

MESA: Presidente: Sr. Andres Cristian Nacht; Secretário: Sr. Rafael Machado de Conceição.

ORDEM DO DIA: I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal; (ii) Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, bem como eleger os seus membros; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (iv) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018; e II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme previsto na Proposta da Administração; e (ii) Deliberar sobre o regime de Co-Presidência do Conselho de Administração.

DELIBERAÇÕES: Após a leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes consoante o parágrafo 4º do artigo 21-W da Instrução CVM 481, foram tomadas as seguintes deliberações:

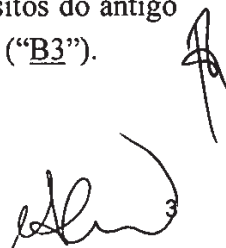
I. Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Por unanimidade dos votos válidos, registrando-se as abstenções, inclusive dos legalmente impedidos (conforme mapa de votação constante do Anexo I), aprovaram o Relatório da Administração, as contas dos administradores e as

 2 



Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia.

2. Por unanimidade dos votos válidos, registrando-se as abstenções, (conforme mapa de votação constante do Anexo I), fixaram em 5 (cinco) o número de membros a serem eleitos para o Conselho de Administração da Companhia e aprovaram a eleição e/ou reeleição, conforme o caso, dos seguintes membros para Compôr o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 2019, nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia: (i) o Sr. Elio Demier, brasileiro, divorciado, bacharel em comunicação social, portador da carteira de identidade nº 81.034.346-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 260.066.507-20, residente e domiciliado na Rua Sorocaba, nº 691, apartamento 502, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (ii) o Sr. Roberto Pedote, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 13.564.073-8, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 115.324.298-27, residente e domiciliado na Avenida Arruda Botelho, nº 466, apartamento 31, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (iii) a Sra. Francisca Kjellerup Nacht, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 08.838.154-6, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 124.175.657-06, residente e domiciliada na Nyvej 17, st.th., DK-1851 Frederiksberg C, Dinamarca; (iv) o Sr. Fabio Bruggioni, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 20.713.706-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 266.193.038-89, residente e domiciliado na Rua Joaquim Eugênio de Lima, 1655, ap 51 cidade de São Paulo e Estado SP, CEP 01403-002; e (v) o Sr. Eduardo Luiz Wurzmann, brasileiro, casado, economista portador da carteira de identidade RG nº 10.266.943 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.702.598-83, residente e domiciliado na Rua Cordisburgo, 197, na cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, CEP 05614-090, consignando que os Srs. Roberto Pedote, Fabio Bruggioni e Eduardo Wurzmann são eleitos como conselheiros independentes, atendendo aos requisitos do antigo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).



2.1. Os conselheiros ora eleitos e/ou reeleitos, conforme o caso, tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, os quais deverão conter as declarações previstas no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, bem como na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. Os Srs. Elio Demier e Roberto Pedote exercerão, respectivamente, as funções de Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

3. Por unanimidade dos votos válidos, registrando-se as abstenções, (conforme mapa de votação constante do Anexo I), aprovaram a eleição e/ou reeleição, conforme o caso, dos seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 2018, conforme o artigo 28, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia: os Srs. (i) Eduardo Botelho Kiralyhegy, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade nº 114.461, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.613.217-03, residente e domiciliado na Avenida Julio Furtado 193/605, Grajaú, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.561-010; (ii) Rodrigo Fagundes Rangel, brasileiro, casado, contador, portador da carteira 089508/O-8 CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.533.357-26, residente e domiciliado na Rua Engenho do Mato 97 Itaipu, Niteroi, Estado do Rio de Janeiro, CEP 24344-030; e (iii) Peter Edward Cortes Marsden Wilson, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº 63.105.113-20 inscrito no CPF/MF sob o nº 168.126.648-20, residente e domiciliado na Rua Princesa Isabel 347 ap 92 Brooklin Paulista na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04601-001, todos como membros efetivos; bem como eleger e/ou reeleger, conforme o caso, os Srs. (i) Leonardo Roslindo Pimenta, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 88.060, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.749.907-66, residente e domiciliado na Rua Fadel Fadel, 186 – apto. 702 – Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22430-170; (ii) Henry Stanley de Oliveira Carpenter, brasileiro, casado, portador do documento 68100/O-0 CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 759.571.407/91, residente e domiciliado na Rua General Pereira da Silva, 302 – Icarai – Niterói – RJ, CEP 24220-031; e (iii) Marcio Villas Boas Passos, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 08.424.708-9,

 4 

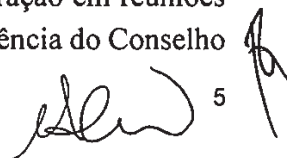
inscrito no CPF/MF sob o nº 911.779.797-72, residente e domiciliado na Av. Eptácio Pessoa, 5050 / 402 Cep 22471-006, como seus respectivos suplentes.

3.1. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia ora reeleitos e/ou eleitos, conforme o caso, tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia, os quais deverão conter as declarações previstas no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis. O Sr. Eduardo Botelho Kiralyhegy exercerá a função de Presidente do Conselho Fiscal. Nos termos do artigo 162, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, cada membro efetivo do Conselho Fiscal, fará jus a uma remuneração no montante correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada membro da Diretoria da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

4. Por maioria dos votos válidos, registrando-se as abstenções e votos contrários, (conforme mapa de votação constante do Anexo I), aprovaram a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social de 2018 em R\$ 13.477.423,00 (treze milhões quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e três reais), na forma da Proposta da Administração submetida à apreciação da Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração sua distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

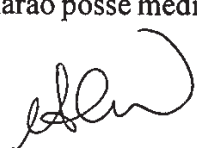
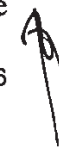
## II. Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Por unanimidade dos votos válidos, registrando-se as abstenções, (conforme mapa de votação constante do Anexo I), aprovaram a alteração do Estatuto Social da Companhia, bem como a sua consolidação na forma do Anexo II, para: (i) alterar o artigo 5º de forma a refletir o capital social atualizado da Companhia, de R\$688.318.462,91, representado por 175.586.442 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; (ii) alterar o artigo 15, *caput*, a fim de prever número mínimo de reuniões do Conselho de Administração por ano, bem como os respectivos parágrafos 2º e 3º, de modo a regular a forma de convocação e a participação remota de membros do Conselho de Administração em reuniões do órgão; (iii) alterar o artigo 16, de forma a explicitar a competência do Conselho

 5

de Administração para a aprovação de seus regimentos internos; (iv) alterar o artigo 17, a fim de: (a) ajustar a redação da alínea "b", "u" e "v"; (b) detalhar as hipóteses aplicáveis à alçada do Conselho de Administração em relação à alínea "j"; (c) excluir a atual alínea "w"; e (d) incluir as novas alíneas "x", "y" e "z", relacionadas à adoção de políticas e sistema de gerenciamento de riscos, controles internos, integridade/conformidade e governança corporativa que visam a modernizar a governança da Companhia e aumentar o controle sobre suas atividades; (v) alterar o artigo 28, *caput*, e parágrafos 3º, 5º e 7º, de modo a atribuir, ao Conselho Fiscal, caráter não permanente, bem como regular a forma de convocação e a participação remota de seus respectivos membros em reuniões do órgão; (vi) alterar o artigo 30, §1º, alínea "b"; e seu parágrafo 2º, para fins de ajustes de redação; (vii) regular o regime de Co-Presidência do Conselho de Administração por meio de: (a) ajuste de redação dos seguintes dispositivos: artigo 10, *caput*; artigo 14, parágrafo 1º; e artigo 15, *caput* e parágrafos 1º e 4º; artigo 21, parágrafo único; e (b) inclusão da alínea "j" ao artigo 12; (viii) em decorrência das disposições do novo Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"): (a) ajustar a redação dos seguintes dispositivos: artigo 1º, *caput*; artigo 12, alíneas "g" e "i"; artigo 13, com a inclusão do parágrafo 3º; artigo 14, parágrafos 2º e 3º; artigo 18, parágrafo 2º; artigo 21, parágrafo único; artigo 28, parágrafo 4º; título do Capítulo VII; artigo 32, *caput*, com a exclusão de seus atuais parágrafos 1º, 2º, bem como com a inclusão dos novos parágrafos 1º, 2º e 3º; artigo 34, com a inclusão do novo parágrafo 11º; artigo 35; e artigo 47; (b) excluir os atuais artigos 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44; e (c) incluir os novos artigos 33, 35, 36 e 37; bem como o novo Capítulo VIII e seu respectivo artigo 39; e (ix) alterar, para fins de renumeração e ajustes ou inclusões de referências cruzadas, considerando a antiga numeração, os seguintes dispositivos: artigo 13, parágrafo 3º; artigo 17, alínea "x"; artigo 45, Capítulos VIII, IX e X, bem como seus respectivos artigos 46, 47 e 48.

2. Por unanimidade dos votos válidos, registrando-se as abstenções, (conforme mapa de votação constante do Anexo I), aprovaram a adoção do regime de Co-Presidência do Conselho de Administração da Companhia. Em razão disso, nos termos do artigo 14, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, alterado conforme deliberação acima, os Srs. Elio Demier e Roberto Pedote são, neste ato, conduzidos à condição de Co-Presidentes da Companhia e tomarão posse mediante

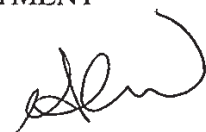
 6 

assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, os quais deverão conter as declarações previstas no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, bem como na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002.

MAPA DE VOTAÇÃO: Em atendimento ao artigo 21, parágrafo 6º, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, o mapa de votação constante do Anexo I, que é parte integrante desta ata, indica quantas aprovações, rejeições e abstenções cada deliberação recebeu, bem como o número de votos conferido a cada candidato na eleição para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal.

DOCUMENTOS SUBMETIDOS À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA: Os documentos submetidos à apreciação da Assembleia Geral foram numerados e autenticados pela mesa e arquivados na sede da Companhia, tendo sido entregues cópias dos mesmos aos acionistas que as solicitaram.


ENCERRAMENTO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos, lavrou-se a presente ata na forma de sumário, e que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, que, depois de lida e aprovada, foi assinada em livro próprio por todos os acionistas presentes, pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário. ACIONISTAS PRESENTES: SNOW PETREL S.L.; ANDRES CRISTIAN NACHT; BRANDES INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND; FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES AXXON BRAZIL PRIVATE; JYTTE KJELLERUP NACHT; PEDRO KAJ KJELLERUP NACHT; ANTONIA KJELLERUP NACHT; TOMAS RICHARD NACHT; FRANCISCA KJELLERUP NACHT; OMNIS PORTFOLIO INVESTMENTS ICVC - OMNIS EMERGING MARKET E F; MERCER QIF FUND PLC; FIP AXXON BRAZIL PRIVATE EQUITY FUND II; BRANDES INSTITUTIONAL EQUITY TRUST; M SQUARE BRAZIL VALUE LONG ONLY FUND II LLC; CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC; FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST; THOMPSON & MURFF INVESTMENTS, L P VERTRA INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; M SQUARE ACOES CSHG MASTER FIA; NATIONAL W BANK PLC AS T OF J GLOBAL EMERGING MARKETS FD; WASHINGTON STATE INVESTMENT

 7

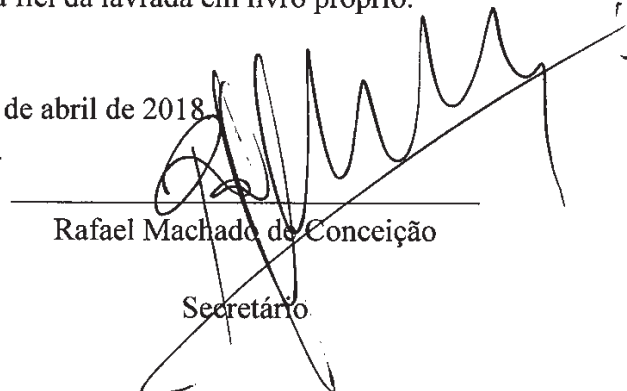
BOARD; FEBE VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; FAMA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES; WEST VIRGINIA INVESTMENT MANAGEMENT BOARD; OSPREY BRAZIL, LLC; CARNEGIE LLC; THE CHURCH COMMISSIONERS FOR ENGLAND; THE CHASE MANHATTAN BANK AS TRUSTEE OF THE DELTA MASTER TRUST; DIEGO JORGE BUSH; YALE UNIVERSITY; M SQUARE ACOES CSHG MASTER; INSTITUCIONAL FIA; CHEVRON MASTER PENSION TRUST; ELIO DEMIER; MBV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES – IE; USAA EMERGING MARKETS FUND; M SQUARE ALISIO FIA; VERTRA EQT LLC ; CITY OF NEW YORK DEFERRED COMPENSATION PLAN; VERTRA ICATU FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES PREVIDENCIARIO F; SPDR S&P EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; THE DELTA PILOTS DISABILITY AND SURVIVORSHIP TRUST; HARRY-ANNA INVESTMENTS, INC.; TIMOTHY PLAN EMERGING MARKETS FUND; CIBC LATIN AMERICAN FUND; SERGIO KARIYA; T. ROWE PRICE GLOBAL INDUSTRIALS FUND; CITY OF MILWAUKEE DEFERRED COMPENSATION PLAN; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND SPDR S&P EMERGING MARKETS ETF; TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS; BRANDES INVESTMENT PARTNERS, LP 401(K) PLAN; BRANDES CANADA EMERGING MARKETS EQUITY UNIT TRUST THE BOARD OF A.C.E.R.S. LOS ANGELES, CALIFORNIA; OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018.

  
Andres Cristian Nacht

Presidente

  
Rafael Machado de Conceição

Secretário

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 27.093.558/0001-15

NIRE 33.3.0028974-7

Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018

**ANEXO I**

**MAPA SINTÉTICO DE VOTAÇÃO**

O mapa abaixo resume os votos proferidos pelos acionistas da MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A. (“Mills” ou “Companhia”) presentes na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018, às 11h, na sede da Companhia.

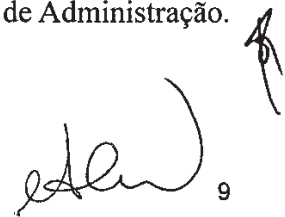
**ORDEM DO DIA:**

I. Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
2. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, bem como eleger os seus membros;
3. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
4. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018.

II. Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme previsto na Proposta da Administração; e
2. Deliberar sobre o regime de Co-Presidência do Conselho de Administração.

 9

## MAPA SINTÉTICO CONSOLIDADO

Para fins das deliberações, foram desconsideradas as ações em tesouraria. Considera-se apenas a quantidade de ações detida pelos acionistas que compareceram à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, estando presentes, ainda, os acionistas que votaram à distância, na forma do artigo 21-V da Instrução CVM 481.

Assembleia Geral Ordinária				
Código da deliberação	Descrição da Deliberação	Voto	Quantidade de ações	%sobre o total de votos
1	Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	A favor	105.055.449	88,2%
		Abstenção	14.013.968	11,8%
		Contra	-	0,0%
2	Definir o número de 5 (cinco) membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, com base nos limites previstos no Estatuto Social	A favor	119.069.417	100,0%
		Abstenção	-	0,0%
		Contra	-	-
3	Deseja requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do artigo 141 da Lei nº 6.404 de 1976?	Sim	8.533.667	4,9%
		Não	100.111.794	57,8%
		Abstenção	10.423.956	6,0%

4	Indicação de todos os nomes que compõem a chapa – Conselho de Administração	A favor	119.069.417	100,0%
		Abstenção	-	0,0%
		Contra	-	0,0%
7	Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para a indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída:	ROBERTO PEDOTE (INDEPENDENTE)	20.845.169	19,4%
		ELIO DEMIER (EFETIVO)	20.845.169	19,4%
		FRANCISCA KJELLERUP NACHT (EFETIVO)	20.845.169	19,4%
		FABIO BRUGGIONI (INDEPENDENTE)	20.845.169	19,4%
		EDUARDO LUIZ WURZMANN (INDEPENDENTE)	24.157.612	22,5%
9	Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho de Administração, nos termos do art. 141, §4º, I, da Lei nº 6.404 de 1976?	Sim	-	0,0%
		Não	85.976.127	49,6%
		Abstenção	33.093.290	19,1%
10	Indicação de todos os nomes que compõem a chapa – Conselho Fiscal	A favor	112.154.342	94,2%
		Abstenção	6.915.075	5,8%
		Contra	-	0,0%
13	Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho	Sim	-	0,0%

	Fiscal, nos termos do art. 141, §4º, I, da Lei nº 6.404 de 1976?	Não	87.155.173	50,3%
		Abstenção	31.914.244	18,4%
14	Aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018.	A favor	119.024.299	99,96%
		Abstenção	-	0,0%
		Contra	45.118	0,04%

Assembleia Geral Extraordinária				
Código da deliberação	Descrição da Deliberação	Voto	Quantidade de ações	%sobre o total de votos
1	Deliberar sobre a alteração dos seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia, na forma prevista na Proposta da Administração	A favor	116.985.330	98,25%
		Abstenção	901.137	0,76%
		Contra	-	0,00%
2	Deliberar sobre o regime de co-presidência do Conselho de Administração	A favor	110.971.392	93,20%
		Abstenção	6.915.075	5,81%
		Contra	-	0,00%

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 27.093.558/0001-15

NIRE 33.3.0028974-7

Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018

**ANEXO II**

**ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA ALTERADO E CONSOLIDADO**

**ESTATUTO SOCIAL DE  
MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**

CNPJ/MF 27.093.558/0001-15

NIRE 33.3.0028974-7

Companhia de Capital Autorizado

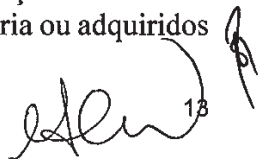
**CAPÍTULO I**

**NOME, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO**

Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de “MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.” e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores (“Lei 6.404/76”), pelas normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e demais disposições legais aplicáveis e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”, “Novo Mercado” e “B3” respectivamente), aos quais estão sujeitos a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas Controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado.

Parágrafo Único – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto: (a) a locação, intermediação comercial e venda, com montagem ou não, de bens móveis de fabricação própria ou adquiridos

 13

de terceiros, compreendendo formas, escoramentos, andaimes, habitáculos pressurizados, pisos, estruturas e equipamentos semelhantes, em aço, alumínio, metal, plástico e madeira, bem como suas peças, componentes, acessórios e matérias primas; (b) a locação, com ou sem operador, intermediação comercial e venda de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, treinamento de pessoal para operação nos respectivos equipamentos, manutenção e assistência técnica de equipamentos próprios ou de terceiros; (c) importação e exportação dos bens acima descritos, inclusive suas peças, componentes e matérias primas; (d) a prestação de serviços de pintura, jateamento, isolamento térmico, tratamento de superfície, proteção passiva contra incêndio, movimentação de carga, caldeiraria, refratário, inspeção e ensaios não destrutivos, incluindo o acesso por corda utilizado pelos escaladores industriais e outros equipamentos e serviços inerentes a tais atividades, assim como fabricação, montagem e comercialização de produtos próprios para tais atividades; (e) consultoria e venda de projetos de engenharia, (f) construção de coberturas em tenda estruturada, com fechamento em lona plástica ou similar; (g) instalações elétricas de baixa tensão; e (h) a participação como acionista ou quotista, em outras companhias ou sociedades.

Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Estrada do Guerengüê 1.381, Taquara, Jacarepaguá, CEP 22.713-002, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único – A Companhia poderá estabelecer agências ou filiais no País e no estrangeiro, a critério da Assembleia, do Conselho de Administração ou da Diretoria.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ R\$688.318.462,91 (seiscentos e oitenta e oito milhões, trezentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos), representado por 175.586.442 (cento e setenta e cinco milhões, quinhentas e oitenta e seis mil, quatrocentas e quarenta e dois) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º – O subscritor que deixar de integralizar as ações por si subscritas, em conformidade com os termos estipulados no respectivo boletim de subscrição ou em conformidade com as chamadas feitas, ficará de pleno direito constituído em mora, nos termos dos Artigos 106 e 107 da Lei 6.404/76, sujeitando-se ao

 14

pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do preço total da subscrição, acrescido de juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

§2º – Fica facultado ao Conselho de Administração aumentar o capital social até o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações, independentemente de reforma estatutária ou aprovação por parte dos acionistas, bem como estipular os termos, condições, preço de emissão e forma de integralização das novas ações a serem emitidas nos termos deste parágrafo.

§3º – Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

§4º – Nos termos do Art. 168, §3º da Lei 6.404/76, o Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações, de acordo com os programas de outorga de opção de compra ou subscrição aprovados em Assembleia Geral, a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam Controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções, observado o saldo do limite do capital autorizado na data da outorga das referidas opções de compra ou subscrição de ações.

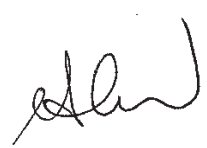

Artigo 6º – A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Parágrafo Único – É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

Artigo 7º – Todas as ações da Companhia serão escriturais e depositadas junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários em conta de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo Único - O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações custodiadas poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de custódia.

Artigo 8º – Nos termos do art. 172 da Lei 6.404/76, a critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública,

 15 

ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

### CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses de cada ano, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo 10 – A Assembleia Geral, convocada de acordo com a lei, será presidida (i) pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia (ou, em sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração) ou (ii) em caso de adoção de regime de Co-Presidência, na forma do Artigo 14, §1º, por um de seus Co-Presidentes; o qual escolherá, dentre os presentes, um ou mais secretários.

§1º – A Assembleia Geral fixará anualmente a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

§2º – No exercício social em que for distribuído aos acionistas o dividendo obrigatório fixado no Artigo 31, poderá ser paga ao Conselho de Administração e à Diretoria uma participação global de até 10% (dez por cento) do lucro líquido, que será partilhado entre seus membros por deliberação do Conselho de Administração, respeitada a limitação legal e desde que aprovada pela Assembleia Geral.

Artigo 11 – Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira devendo o documento comprobatório do mandato ser depositado na sede social, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização de cada Assembleia Geral.

Artigo 12 – Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, competirá privativamente à Assembleia Geral:

- (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia;
- (b) Reformar este Estatuto Social;

*A*

*[Assinatura]*

16

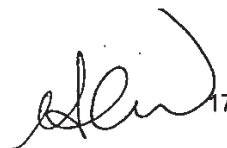
- (c) Atribuir bonificações em ações e decidir acerca de eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (d) Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (e) Eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (f) Instituir plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia e suas Controladas;
- (g) Deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários;
- (h) Deliberar, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social, acerca da saída do Novo Mercado;
- (i) Escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação da Companhia e de suas ações, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração, para fins da determinação do Valor Econômico a ser considerado no âmbito da OPA prevista no Artigo 34; e
- (j) Definir o regime de Presidência ou Co-Presidência do Conselho de Administração da Companhia.

#### CAPITULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 13 – A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei, deste Estatuto, respeitadas as disposições dos acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia e as normas contidas na regulação aplicável, inclusive no que concerne ao Regulamento do Novo Mercado.

§1º – É permitida, na forma de lei, a cumulação de funções dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, observado o limite de que trata o §1º do art. 143 da Lei 6.404/76.

§2º - A Companhia e seus administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.



§3º - A Companhia e seus administradores deverão realizar, de forma presencial ou por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a participação a distância dos interessados, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação de resultados trimestrais ou das demonstrações financeiras, apresentação pública sobre as informações divulgadas.

§4º - Os administradores ficam dispensados de prestar caução ou qualquer outra garantia para o exercício do cargo.

Artigo 14 - O Conselho de Administração será composto por um número mínimo de 5 (cinco) e um número máximo de 11 (onze) membros efetivos, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

§1º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente ou dois Co-Presidentes (caso a Assembleia Geral opte pelo Regime de Co-Presidência), a serem eleitos dentre seus membros pela Assembleia Geral. Em caso de adoção do regime de Co-Presidência no curso de um mandato, o Presidente e Vice-Presidente serão automaticamente conduzidos à função de Co-Presidentes.

§2º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, devendo a qualificação como Conselheiro Independente ser expressamente declarada na ata da referida Assembleia Geral. Quando, em decorrência do cálculo do referido percentual, o resultado gerar um número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§3º - A posse dos Conselheiros fica condicionada à assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 41, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo 6 (seis) vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, com a presença, no mínimo, da metade de seus membros, sempre que convocado por seu Presidente ou, em caso de adoção de regime de Co-Presidência,

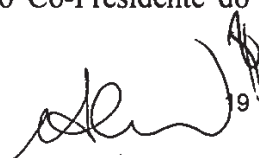
 18 

por qualquer de seus Co-Presidentes, ou, nas suas ausências ou impedimentos, por quaisquer 2 (dois) Conselheiros.

§1º – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente ou, na sua falta ou impedimento, pelo Vice-Presidente, ou, na falta de ambos, por Conselheiro indicado pela maioria dos Conselheiros presentes à reunião. Em caso de adoção de regime de Co-Presidência, na forma do Artigo 14, §1º, as reuniões serão presididas por um de seus Co-Presidentes, na forma do regimento interno do Comitê de Administração, ou, na sua falta ou impedimento, pelo Conselheiro indicado pela maioria dos Conselheiros presentes à reunião.

§2º – A convocação para as reuniões do Conselho de Administração poderá ser feita por carta com aviso de recebimento, fax, correio eletrônico (e-mail) ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento da convocação pelo destinatário, obedecendo sempre o prazo mínimo de 5 (cinco) dias corridos de antecedência. A reunião será considerada regular, mesmo nos casos em que aviso de convocação e/ou ordem do dia não tiverem sido previamente fornecidos em conformidade com o *caput*, se contar com a presença de todos os Conselheiros. A convocação deverá ser acompanhada por todos os documentos e materiais de suporte necessários à adequada formação, pelo conselheiro, do seu juízo quanto aos assuntos a serem tratados na reunião em questão. Em casos excepcionais, quando o interesse social assim exigir, os avisos de convocação para reuniões do Conselho de Administração ou os respectivos materiais de suporte poderão ser enviados aos Conselheiros em prazo inferior ao estipulado acima. Tais avisos ou materiais, no entanto, deverão ser enviados aos Conselheiros tão logo seja possível e em prazo razoável para a adequada formação do juízo do Conselheiro acerca do assunto em referência, informando, ainda, o motivo da urgência.

§3º – As reuniões do Conselho serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros. Os Conselheiros poderão participar das reuniões por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Conselheiro e a comunicação com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os Conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão enviar seu voto por telegrama, fac-símile, correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outra forma escrita, ao secretário da reunião logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro. Adicionalmente, será considerado presente a uma determinada reunião do Conselho de Administração o Conselheiro que enviar seu voto por escrito ao Presidente ou, conforme o caso, ao Co-Presidente do




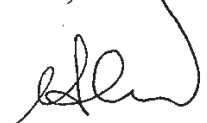
Conselho de Administração que estiver presidindo a referida reunião, anteriormente ao início da reunião.

§4º – Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio, e suas decisões serão tomadas por maioria de voto dos presentes, caberá ao Presidente (ou ao membro Co-Presidente do Conselho de Administração que não estiver presidindo a reunião) o voto de qualidade para desempate da deliberação.

Artigo 16 – O Conselho de Administração poderá criar Comitês com objetivos determinados, aprovar seus regimentos internos, definindo suas atribuições, escolhendo seus membros e delegando-lhe competências específicas.

Artigo 17 - O Conselho de Administração tem as atribuições e os poderes que a lei lhe confere para assegurar o funcionamento regular da Companhia, sendo de sua competência exclusiva apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) Estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;
- (c) Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sua submissão à Assembleia Geral;
- (d) Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (e) Aprovar o Regimento Interno da Companhia, caso decida pela conveniência de sua adoção, que disporá sobre a estrutura administrativa e funcional;
- (f) Eleger e destituir os Diretores, fixar sua competência e fiscalizar a sua gestão;
- (g) Distribuir entre os administradores a remuneração global fixada pela Assembleia Geral;
- (h) Estabelecer a alçada da Diretoria, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato, para (i) contratar obrigações e realizar investimentos e desinvestimentos, (ii) renunciar a direitos, transigir e dar quitação, (iii) prestar garantias, e (iv) adquirir, alienar e onerar bens do ativo permanente;

  20

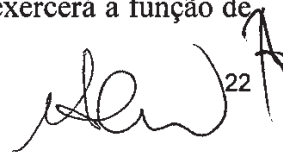
- (i) Manifestar-se sobre operações de fusão, cisão, incorporação em que a sociedade seja parte, bem como sobre sua participação em outras sociedades, mediante investimento ou aquisição;
- (j) Aprovar a venda, aquisição, arrendamento, transferência, oneração, ou outra forma de alienação de quaisquer ativos ou negócios ou a realização de novos investimentos pela Companhia, cujo valor, individual ou em uma série de transações relacionadas, exceda o valor agregado de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se previsto no Orçamento anual;
- (k) Deliberar sobre quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas e de contratos de consórcios dos quais a Companhia participe e, ainda, a celebração de novos acordos e/ou contratos de consórcios que contemplem matérias desta natureza;
- (l) Deliberar sobre a emissão de ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no §2º do Artigo 5º deste Estatuto Social;
- (m) Deliberar sobre a exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas nos aumentos de capital mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 8º deste Estatuto Social;
- (n) Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no §3º do Artigo 5º deste Estatuto Social, inclusive com a exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas, nos termos do Artigo 8º deste Estatuto Social;
- (o) Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (p) Deliberar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia ou de Controladas, conforme planos aprovados pela assembleia geral, nos termos do §4º do Artigo 5º deste Estatuto Social;
- (q) Deliberar sobre a emissão de debêntures, não conversíveis em ações, bem como sobre as matérias previstas no Artigo 59, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76 que tenham sido delegadas pela Assembleia Geral, e notas promissórias e outros títulos de dívida não conversíveis em ações, para distribuição pública ou privada, estabelecendo todos os seus termos e condições;

A

 21

- (r) Convocar as assembleias gerais de acionistas, manifestando-se previamente sobre quaisquer assuntos constantes da ordem do dia;
- (s) Deliberar, *ad referendum* da Assembleia Geral, sobre o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas, inclusive os intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes;
- (t) Escolher e destituir auditores independentes;
- (u) Elaborar e divulgar parecer fundamentando sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da referida OPA, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponível no mercado;
- (v) Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de companhias, para a preparação de laudo de avaliação da Companhia e de suas ações, exclusivamente para fins da determinação do Valor Econômico a ser considerado no âmbito da OPA prevista no Artigo 34;
- (w) Autorizar a negociação, celebração ou alteração de contrato de qualquer espécie ou valor entre a Companhia e seus acionistas, diretamente ou através de sociedades interpostas;
- (x) Aprovar (i) Política de Gerenciamento de Riscos; (ii) Política de Transações com Partes Relacionadas; (iii) Política de Negociação de Valores Mobiliários; (iv) Código de Conduta; e (v) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- (y) Avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade; e
- (z) Rever anualmente o sistema de governança corporativa, a fim de aprimorá-la.

Artigo 18 - A Companhia terá uma Diretoria composta de 4 (quatro) a 11 (onze) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro, e os demais Diretores sem designação específica, os quais terão suas funções definidas pelo Conselho de Administração. Um dos membros da Diretoria exercerá a função de

 22

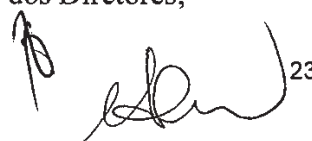
Diretor de Relações com Investidores, nos termos da regulamentação da CVM e observadas as atribuições fixadas no Artigo 22. Os membros da Diretoria poderão ser acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, a qualquer tempo.

§1º - O mandato dos Diretores é de 1 (um) ano, e poderá ser renovado, sendo certo que, findos os respectivos mandatos, deverão os Diretores continuar no exercício de suas funções, até a indicação e posse de seus substitutos.

§2º - A posse dos Diretores fica condicionada à assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 41, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

#### Artigo 19 - Compete à Diretoria:

- (a) Cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração;
- (b) Elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração o plano estratégico, o programa de expansão, os planos de investimento e o orçamento anual da Companhia e, quando necessário, o orçamento plurianual, bem como suas revisões;
- (c) Submeter ao Conselho de Administração todas as matérias de deliberação que ultrapassem o seu limite de alçada;
- (d) Elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à Assembleia Geral;
- (e) Elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas de responsabilidade institucional da sociedade, tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade e implementar as políticas aprovadas;
- (f) Estabelecer e informar ao Conselho de Administração, dentro do limite que vier a ser fixado por este, a alçada individual de cada um dos membros da Diretoria para a contratação de obrigações, realização de investimentos e desinvestimentos, prestação de garantias, aquisição, alienação e oneração de bens, integrantes ou não do ativo permanente, renúncia a direitos, realização de transações e outorga de quitações, bem como autorizar a realização de cada um dos referidos atos quando ultrapassar a alçada individual dos Diretores;

 23

(g) Estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da Companhia.

(h) Autorizar a criação e o encerramento de filiais, sucursais, agências, depósitos, armazéns, escritório de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior.

Artigo 20 - O Diretor Presidente terá as seguintes atribuições que lhe são específicas, sem prejuízo de outras que sejam atribuídas pelo Conselho ou pelo Estatuto Social:

(a) Convocar e presidir as Reuniões de Diretoria;

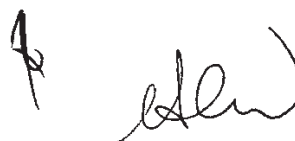
(b) Manter permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração; e

(c) Cumprir e fazer cumprir, dentro de suas atribuições, o presente Estatuto, e as deliberações da Diretoria, do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais.

Artigo 21 - Independentemente de manifestação do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, em seus impedimentos ou ausência temporária não superior a 30 (trinta) dias, designará um dos demais Diretores para substituí-lo.

Parágrafo Único - É vedada a cumulação, pela mesma pessoa, dos cargos de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia com o cargo de Presidente ou Co-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, ressalvados os casos de vacância do cargo de Diretor Presidente, situações em que será permitida a acumulação do cargo de Diretor Presidente da Companhia com o de Presidente ou Co-Presidente do Conselho de Administração pela mesma pessoa, devendo a Companhia: (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Artigo 22 - Além de outras competências que lhe tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete ao Diretor de Relações com os Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.



24

Artigo 23 - Cada Diretor terá um voto nas reuniões de Diretoria. As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate. O Diretor Presidente terá, ainda, direito de veto em qualquer deliberação tomada em reuniões de Diretoria.

Artigo 24 - Ressalvados os casos previstos no Parágrafo Único deste Artigo, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por:

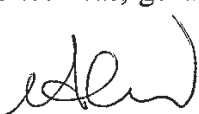
- (a) Dois diretores conjuntamente;
- (b) Um Diretor em conjunto com um procurador da Companhia, no limite dos poderes outorgados;
- (c) Apenas um Diretor ou um procurador, com poderes específicos, quando se tratar de representá-la (a) em juízo; (b) perante órgãos da administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal, (c) quando ato a ser praticado integrar o curso normal dos negócios de uma divisão ou área da Companhia, desde que tal ato seja praticado pelo Diretor responsável pela referida divisão ou área ou por procurador constituído por tal Diretor; ou (d) em situação de urgência para salvaguardar os interesses da Companhia; e
- (d) Dois procuradores com poderes específicos, no limite dos poderes outorgados.

Parágrafo Único – Observado o disposto neste Artigo, o Conselho de Administração poderá fixar alçadas ou regras específicas para a representação da Companhia, com base em valores de obrigações contraídas, natureza de atos a serem praticados ou outro critério que atenda ao interesse social.

Artigo 25 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos dos Diretores ou de qualquer dos procuradores, prepostos ou funcionários, que a envolveram em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

Artigo 26 - Todas as procurações outorgadas pela Companhia, além de especificarem os poderes conferidos, deverão ser assinadas sempre por dois Diretores e, com exceção daquelas para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, terão prazo de validade determinado.

Artigo 27 - A direção técnica dos serviços de montagem ficará a cargo de profissional ou profissionais especializados, registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia que, nas suas atribuições técnicas, gozarão

 25

de completa autonomia, sem subordinação de qualquer espécie aos diretores não engenheiros.

## CAPITULO V DO CONSELHO FISCAL

Artigo 28 - O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente, instalando-se somente nas hipóteses previstas em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, sendo composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País e eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração.

§1º – Os membros do Conselho Fiscal terão as funções e atribuições que a lei lhes confere e serão substituídos, nos seus impedimentos, faltas ou vagas pelos respectivos suplentes.

§2º – Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão os cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição.

§3º – O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido pela Assembleia Geral que deliberar sobre a instalação do órgão.

§4º – A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, estará condicionada à assinatura do termo de posse, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 41, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§5º – A convocação para as reuniões do Conselho Fiscal poderá ser feita por carta com aviso de recebimento, fax, correio eletrônico (e-mail), ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento da convocação pelo destinatário, obedecendo sempre o prazo mínimo de 5 (cinco) dias corridos de antecedência. A convocação deverá ser acompanhada por todos os documentos e materiais de suporte necessários à adequada formação, pelo Conselheiro, do seu juízo quanto aos assuntos a serem tratados na reunião em questão. Em casos excepcionais, quando o interesse social assim exigir, os avisos de convocação para reuniões do Conselho Fiscal ou os respectivos materiais de suporte poderão ser enviados aos Conselheiros em prazo inferior ao estipulado acima. Tais avisos ou materiais, no entanto, deverão ser enviados aos Conselheiros tão logo seja possível e em prazo razoável para a adequada formação do juízo do Conselheiro acerca do assunto em referência, informando, ainda, o motivo da urgência.

 26

§6º – A reunião será considerada regular, mesmo nos casos em que o aviso de convocação e/ou ordem do dia não tiverem sido previamente fornecidos em conformidade com o §5º acima, se contar com a presença de todos os Conselheiros.

§7º – As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Conselheiro e a comunicação com todas as demais pessoas presentes à reunião. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião deverão expressar e formalizar seus votos, ou pareceres por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

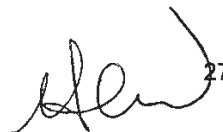
## CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 29 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano civil. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis, as quais incluirão (a) balanço patrimonial; (b) demonstração do resultado do exercício; (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (d) demonstração dos fluxos de caixa; (e) demonstração do valor adicionado; e (f) notas explicativas às demonstrações financeiras e serão auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável.

Artigo 30 – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro; dos lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, se assim for determinado pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 10, Parágrafo 2º deste Estatuto Social. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei 6.404/76;



(c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei 6.404/76;

(d) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Artigo 31;

(e) no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Artigo 31, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei 6.404/76; e

(f) uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada à constituição da Reserva de Expansão, observado o disposto no §1º abaixo e no Artigo 194 da Lei 6.404/76.

§1º: A Reserva de Expansão tem as seguintes características:

(a) sua finalidade é assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais;

(b) será destinada à Reserva de Expansão, em cada exercício, parcela do lucro líquido do exercício imediatamente anterior correspondente a recursos que, por recomendação do Conselho de Administração, sejam necessários para atender às finalidades do item "a", que não especificamente cobertos em orçamento de capital, estando tal alocação sujeita à expressa aprovação dos acionistas reunidos em assembleia geral; e

(c) o limite máximo da Reserva de Expansão é de 80% (oitenta por cento) do valor do capital social subscrito da Companhia. Os recursos que serão destinados à Reserva de Expansão não poderão ser superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme o previsto no Artigo 202 da Lei 6.404/76.

§2º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais para os fins previstos no Artigo 204 da Lei 6.404/76. Sempre que os lucros disponíveis permitirem, a critério do Conselho de Administração, ouvido também o Conselho Fiscal, se em funcionamento, serão pagos dividendos semestrais. A Companhia poderá, ainda, conforme faculta o Artigo 204 §1º da Lei 6.404/76, levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1º do Artigo 182 da Lei 6.404/76.



28

§3º - Ainda por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, poderão ser declarados dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 31 - As ações representativas do capital social receberão como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos dos incisos I e II do artigo 202 da Lei 6.404/76, ficando o saldo à disposição da Assembleia Geral que, respeitadas as prescrições legais, deliberará a respeito de seu destino.

## CAPÍTULO VII ALIENAÇÃO DO CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 32 - A alienação do Controle acionário da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

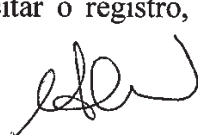
§1º - Para fins deste Estatuto Social, entende-se por “Controle”, e seus termos correlatos, o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

§2º - A obrigação prevista no caput se aplica à alienação de Controle por meio de uma única operação ou por operações sucessivas.

§3º - A OPA deve observar as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 33 - Em caso de alienação indireta de Controle, o adquirente deverá divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Artigo 34 - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, para

 29

posterior realização de uma OPA da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos deste Artigo.

§1º - A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no §2º deste Artigo; e (iv) prever o pagamento à vista e em moeda corrente nacional do preço de aquisição das ações objeto da oferta, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

§2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior entre:


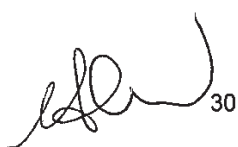
(a) o Valor Econômico da ação, definido em laudo de avaliação elaborado de acordo com o disposto neste artigo e seguindo os procedimentos previstos na regulamentação aplicável;

(b) 125% (cento e vinte e cinco por cento) do valor correspondente à maior média mensal de cotação das ações de emissão da Companhia no pregão da B3 ponderada pelo volume diário de negociação nos 12 (doze) meses anteriores à data em que a participação percentual do Acionista Adquirente atingir o patamar fixado no *caput* deste Artigo ou à data de divulgação de tal aquisição aos mercados, o que ocorrer primeiro; ou

(c) o preço mais alto pago pelo Acionista Adquirente, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA, por uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia.

§3º - A realização da OPA mencionada no *caput* deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§4º - A realização da OPA mencionada no *caput* deste Artigo poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, desde que tal assembleia conte com a presença de acionistas representando, pelo menos, 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia, sem considerar no cálculo deste percentual as ações detidas pelo Acionista Adquirente de que trata o *caput* deste Artigo.

  
 30

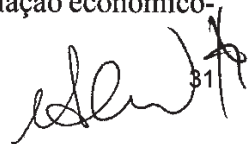
§5º - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

§6º - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei 6.404/76.

§7º - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos (a) que deem direito a ações da Companhia representando 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia, ou (b) que deem direito ao recebimento de valor correspondente a 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia; estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento a realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste Artigo.

§8º - A realização da OPA mencionada no *caput* deste Artigo por um Acionista Adquirente estará automaticamente dispensada quando tal Acionista Adquirente for obrigado a realizar a OPA de que trata o Artigo 32, acima.

§9º - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) do cancelamento de ações em tesouraria, (iv) incorporação da Companhia (ou de suas ações) por outra sociedade, (v) de oferta pública ou privada formulada pela Companhia que envolva permuta de ações ou (vi) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-

 31

financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

§10º - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

§11º - Para fins deste Artigo, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

(a) “Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou Grupo de Acionistas;

(b) “Derivativos” significa quaisquer derivativos liquidáveis em ações de emissão da Companhia e/ou mediante pagamento em moeda corrente, negociados em bolsa, mercado organizado ou privadamente, que sejam referenciados em ações ou qualquer outro valor mobiliário de emissão da Companhia.

(c) “Grupo de Acionistas” - significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum; ou (d) que atuem representando interesse comum. Incluem-se, sem limitação, nos exemplos de pessoa representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades: (x) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (y) tenham em comum a maioria de seus administradores.

32

(d) “Outros Direitos de Natureza Societária” significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia, (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

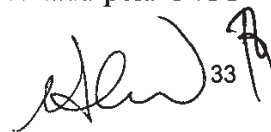
(e) “Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, por meio de laudo de avaliação a ser elaborado por empresa especializada, escolhida pela Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na referida Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Artigo 35 – A saída do Novo Mercado poderá ocorrer em decorrência: (i) da decisão do acionista Controlador ou da Companhia; (ii) do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deverá ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

§1º - A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

§2º - A OPA mencionada no §1º acima deve observar os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na legislação societária; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação, deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

§3º - Para fins deste Artigo 35, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão de OPA, na forma da regulamentação editada pela CVM

 33

aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta para cancelamento de registro.

§4º - Atingido o quórum previsto no *caput*: (i) os aceitantes da OPA não podem ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável a ofertas públicas de aquisição de ações; e (ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão de OPA, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Artigo 36 – A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização da OPA mencionada no Artigo 35 na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral.

§1º - A Assembleia Geral referida no *caput* deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação.

§2º - Caso o quórum do §1º não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

§3º - A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Artigo 37 – A aplicação, pela B3, de sanção de saída compulsória da Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA a ser realizada em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado.

Parágrafo Único – Na hipótese de não atingimento do percentual para saída do Novo Mercado, após a realização da OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no referido segmento, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

Artigo 38 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei 6.404/76.

 34

## CAPÍTULO VIII REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 39 – Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único – Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia, presentes na Assembleia Geral deve dar anuência a essa estrutura.

## CAPÍTULO IX DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Artigo 40 - A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de sua liquidação, nomeando o liquidante ou liquidantes e elegendo o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação até seu encerramento e consequente extinção da Companhia.

## CAPÍTULO X ARBITRAGEM

Artigo 41 - A Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

## CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 42 - A Companhia, por seus administradores, dará cumprimento aos acordos de acionistas arquivados na sua sede, observado o disposto neste Estatuto Social, abstendo-se de registrar qualquer transferência de ações contrárias aos seus

A

35

termos. Para todos os efeitos, em qualquer Assembleia, não serão válidos os votos lançados contra termos dos acordos de acionistas assim arquivados, cabendo ao Presidente da mesa abster-se de computá-los, obrigatoriamente.



**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

Empresa: MILLS ESTRUTURAS E SERVICOS DE ENGENHARIA S A

NIRE: 333.0028974-7 Protocolo: 00-2018/095665-5 Data do protocolo: 10/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 14/05/2018 SOB O NÚMERO 00003193124 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: BCAFAAC42C6840DF8A58E165A7311927A08BA47A9FA8FA963F097A2A3C7B4E26

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 38/44



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas da Petro Rio S.A. ("Cia.") convidados a comparecerem à AGO da Cia., a ser realizada no dia 27/04/2018, às 17h, no edifício da sede da Cia., na Praia de Botafogo, 370, Botafogo, RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017; b) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2017; c) eleger os membros do Conselho de Administração da Cia.; d) fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Cia.; e) informações aos acionistas: 1. As informações e documentos previstos na Instrução da CVM nº 481/09, em especial a Proposta da Administração, referentes às matérias a serem deliberadas, estão disponíveis aos acionistas na sede social, nos endereços eletrônicos da Cia. ([www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes últimos através do sistema EmpresasNet. Os mesmos documentos em idioma inglês estarão disponíveis no website da Cia. ([www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)) e serão oportunamente inseridos no website canadense SEDAR - System for Electronic Document Analysis and Retrieval ([www.sedar.com](http://www.sedar.com)). 2. De acordo com o Art. 12 do Estatuto Social da Cia., para ser admitido na Assembleia Geral, o acionista (ou seu representante legal) deverá apresentar, com antecedência mínima de 48h do dia da realização da respectiva Assembleia Geral, os seguintes documentos: (a) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Art. 126 da Lei 6.404/76 ("LSA"), e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (b.1) para as pessoas físicas: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); ou (b.2) para as pessoas jurídicas: cópia do último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente notariado e consularizado quando aplicável, e da documentação societária outorgando poderes de representação, procuração ou outro, bem como cópias devidamente notarizadas e consularizadas ou originais dos documentos de identificação com foto de seus representantes legais, ou (b.3) cópia, notarizada e consularizada quando aplicável, do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, da documentação societária outorgando poderes de representação, procuração ou outro, bem como cópias devidamente notarizadas e consularizadas e original dos documentos de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento. 3. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar, com antecedência mínima de 48h do dia da

de ações depositadas em depositário central. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do boletim podem ser verificadas no próprio boletim e no item 12.2 da última versão arquivada do Formulário de Referência da Companhia.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

Luis Fernando Barbosa-Martinez  
Presidente do Conselho de Administração

Nº: 2294993



Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 33300322061

**ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Conselho de Administração da Petrobras Brasileiro S.A. - Petrobras convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária no dia 26 de abril de 2018, às 15:00 horas, no auditório do Edifício-Sede, na Avenida República do Chile 65, 1º andar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias:

**Assembleia Geral Extraordinária**

I. Proposta de reforma do Estatuto Social da Petrobras para alterar os artigos 18, 21, 30, 43, 53, 58 e 63, conforme proposta da Administração arquivada nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia, esclarecendo-se que o procedimento de seleção de membros do Conselho de Administração ora proposto, se aprovado, será aplicado apenas após a Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018.

**Assembleia Geral Ordinária**

I. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório Integrado e das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Nº: 2095779

**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S/A**  
CNPJ/MF nº 27.093.558/0001-15 - NIRE nº 33.3.0028974-7  
Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** O Conselho de Administração da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia") convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas em primeira convocação no dia 26 de abril de 2018, às 11h, na sede da Companhia, localizada na Estrada do Guernaguê, 1.381, Taquara, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre as matérias contidas na ordem do dia abaixo. Ordem do Dia: I. Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal; 2. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, bem como eleger os seus membros; 3. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e 4. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar sobre a alteração dos seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia, na forma prevista na Proposta da Administração: (i) alterar o artigo 5º de forma a refletir o capital social atualizado da Companhia, de R\$688.318.462,91, representado por 175.586.442 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; (ii) alterar o artigo 15, caput, a fim de prever número mínimo de reuniões do Conselho de Administração por ano, bem como os respectivos parágrafos 2º e 3º, de modo a regular a forma de convocação e a participação remota de membros do Conselho de Administração em reuniões do órgão; (iii) alterar o artigo 16, de forma a explicitar a competência do Conselho de Administração para a aprovação de seus regimentos internos; (iv) alterar o artigo 17, a fim de: (a) ajustar a redação da alínea "b", "l" e "v"; (b) detalhar as hipóteses aplicáveis à alçada do Conselho de Administração em relação à alínea "j"; (c) excluir a atual alínea "w"; e (d) incluir as novas alíneas "x", "y" e "z", relacionadas à adoção de políticas e sistema de gerenciamento de riscos, controles internos, integridade/conformidade e governança corporativa que visam a modernizar a governança da Companhia e aumentar o controle sobre suas atividades; (v) alterar o artigo 28, caput, e parágrafos 3º, 5º e 7º, de modo a atribuir, ao Conselho Fiscal, caráter não permanente; bem como regular a forma de convocação e a participação remota de seus

diário, 27 de março de 2018  
ativo de Relações com Investidores.



**INDÚSTRIAS GRANFINO S.A.**  
CNPJ nº 30.770.184/0001-30  
NIRE nº 33.30014041-7

## CONVOCAÇÃO

## ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede da Empresa, à Rua Oscar Soares nº 1525, nesta cidade de Nova Iguaçu, no dia 30 de abril de 2018, às 16:00 horas a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1. Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração dos resultados do exercício e outras Demonstrações referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017; 2. Aprovação dos Dividendos Propostos; 3. Fixação dos Honorários dos Administradores. 4. Outros assuntos de Interesse Geral. Outrossim, esclarecemos que os documentos citados no item (hum) acima e mencionados no art.º 133 da Lei 6.404, encontram-se à disposição dos interessados na sede da Empresa. Nova Iguaçu, 28 de Março de 2018. Renata Baroni Coelho - Presidente.

Id: 2096056

\*\*\*  
GRUPOTECHNOS

**TECHNOS S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 09.295.063/0001-97  
NIRE nº 33.3.0029837-4



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam convocados os senhores acionistas da Technos S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") que será realizada no dia 27 de abril de 2018, às 10:00 horas, na sede social da Companhia localizada na Avenida das Américas, nº 3434, salas 301 a 308, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, para, nos termos dos Artigos 121, 132, 135 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iii) deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2018; e (iv) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018; (v) deliberar sobre a proposta da Administração para eleição dos membros do Conselho de Administração. (B)

Id: 2096153

Instrução Normativa CVM nº 481/2009, conforme alterada, e facultou aos acionistas representando, no mínimo 1% (um por cento) do capital social da Companhia requerer, até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a adoção do procedimento de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 27 de Março de 2018. José Afonso Alves Castanheira - Presidente do Conselho de Administração

Id: 2095589

## MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S/A

CNPJ/MF nº 27.093.558/0001-15 - NIRE nº 33.3.0028974-7  
Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** O Conselho de Administração da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia") convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas em primeira convocação no dia 26 de abril de 2018, às 11h, na sede da Companhia, localizada na Estrada do Guerengê, 1.381, Taquara, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre as matérias contidas na ordem do dia abaixo. Ordem do Dia: I. Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal; 2. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, bem como eleger os seus membros; 3. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e 4. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar sobre a alteração dos seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia, na forma prevista na Proposta da Administração: (i) alterar o artigo 5º de forma a refletir o capital social atualizado da Companhia, de R\$688.318.462,91, representado por 175.586.442 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; (ii) alterar o artigo 15, caput, a fim de prever número mínimo de reuniões do Conselho de Administração por ano, bem como os respectivos parágrafos 2º e 3º, de modo a regular a forma de convocação e a participação remota de membros do Conselho de Administração em reuniões do órgão; (iii) alterar o artigo 16, de forma a explicitar a competência do Conselho de Administração para a aprovação de seus regimentos internos; (iv) alterar o artigo 17, a fim de: (a) ajustar a redação da alínea "b", "u" e "v"; (b) detalhar as hipóteses aplicáveis à alçada do Conselho de Administração em relação à alínea "j"; (c) excluir a atual alínea "w"; e (d)

Instrução CVM nº 481/09, "Capítulo III-A", introduzido pela Instrução CVM nº 561/15, os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância. Rio de Janeiro, 26 de março de 2018. Andres Cristian Nacht - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2095145



**CMSA PARTICIPAÇÕES S/A**  
CNPJ 10.826.232/0001-57 - NIRE 33.3.0029027-3

**Convocação:** O Conselho de Administração da CMSA Participações S/A convoca os Srs. acionistas da Cia. a se reunirem em AGO no dia 27/04/2018, na sede da Cia., à Av. das Américas nº 3.500, bl. 2, sl. 503, Barra da Tijuca, RJ, às 11h, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e aprovação das Contas da Administração, do Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras da Cia., referentes ao exercício encerrado em 31/12/2017; b) Destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2017; c) Fixação da remuneração global dos Administradores. **Avisos:** Encontram-se desde já à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133, da Lei nº 6.404/1976. Os instrumentos de representação na Assembleia deverão ser apresentados na sede social da Cia. nos termos da Lei. RJ, 27/03/2018. José Inácio Cercal - Fucci Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2095964



**GPC PARTICIPAÇÕES S/A**  
Em Recuperação Judicial - Companhia Aberta  
CNPJ nº 02.193.750/0001-52 - NIRE nº 33.3.0016624-6  
**AVISO AOS ACIONISTAS**

A GPC PARTICIPAÇÕES S/A ("Companhia"), companhia em recuperação judicial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.193.750/0001-52, comunica que (i) os documentos e informações referidos no Art. 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e nas Instruções CVM nº 480/09 e 481/09, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (ii) o modelo de boletim de voto a distância, encontra-se à disposição de seus Acionistas, a partir da presente data (a) na sede da Companhia, localizada na Rua do Passeio nº 70 - 5º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e (b) eletronicamente, nos sites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e de Relações com Investidores da Companhia ([www.gpc.com.br/rii](http://www.gpc.com.br/rii)). Rio de Janeiro, 27 de março de 2018. **GPC PARTICIPAÇÕES S/A.** Emilio Salgado Filho - Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relações com Investidores.

Id: 2095177

CNP1 / MF: 27093.558/0001-15

**MILLS ESTRUTURAS E  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de auditoria (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião:** Nossas emissões por confiabilidade de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas demonstrações financeiras, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Valor recuperável de ativo imobilizado e intangível. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (ix); 2.2 (x); 2.2 (xi); 2.2 (xii), 15 e 16 das demonstrações financeiras.

**PL 110**, 108 10 das demonstrações financeiras da Companhia em 2010, a Companhia avaliou a existência de indicadores de perda por redução do valor recuperável em relação às suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), e para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, utilizou-se o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses ativos, como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos utilizados na determinação do valor em uso dos ativos, e a complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a razoabilidade da estimativa dos valores em uso preparada pela Companhia, da determinação das UGCs e da metodologia utilizada para o teste de redução do valor recuperável. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de fluxo de caixa descontado e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado de ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação do valor em uso. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajustes que afetam a mensuração e divulgação do ativo imobilizado os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os saldos do imobilizado e do intangível no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tmadas em 14 das

2 - Valorização do Investimento na Rohr, Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (III.1) (c), 2.2 (III.1) (d) e 14 das demonstrações financeiras.

**Principal assunto de auditoria.** A Companhia classifica o investimento na Ror's S.A. Estrutura Urbanas como um ativo não disponível para venda registrado ao seu valor justo. Para o cálculo do valor justo dessa estrutura utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar o valor justo desse investimento, como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos, e a complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

consideramos esse assunto de acordo com o seguinte raciocínio: a despeito de não ser possível a obtenção de dados históricos de fluxo de caixa descontado para determinação do valor justo desse investimento, avaliamos a razoabilidade das projeções preparadas pela Companhia e da metodologia utilizada para mensuração do valor justo do ativo financeiro. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do fluxo de caixa descontado e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas. Comparamos se o valor apurado como resultado do fluxo de caixa descontado do ativo foi devidamente controlado como valor justo desse ativo financeiro em 31 de dezembro de 2017. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração a divulgação do valor justo desse ativo financeiro, os quais foram registrados nas divulgações pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumariados, consideramos aceitável o valor justo desse investimento, classificado como um ativo financeiro disponível para venda, e as divulgações correlatas.

no contexto das demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2017, voltadas em conjunto:

de acordo com os contratos de locação de equipamentos. Este processo envolve julgamento na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte e, portanto, quando a receita deve ser reconhecida. Por esse razão e por sua relevância no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Obtivemos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento da receita de locação, avaliando o desenho dos controles internos, e testamos com base em amostragem a efetividade dos controles chave para o processo dessa área. Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição de receita, avaliando sua existência por meio de análise da documentação suporte, como contratos, faturas e documentos de medição de serviço. Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita referentes às vendas realizadas próximas da data de encerramento do exercício social (teste de "corte" da receita). Nosso trabalho incluiu a análise da documentação principal quanto à medição de serviços. Efetuamos também procedimentos analíticos para identificar variações significativas, tendência dos saldos e análises de exceções se encontradas. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajustes que afetam a mensuração e a divulgação da receita com locação de ativos os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita de locação e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**Outros assuntos.** Demonstrações do valor adicionado. As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2017, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações suplementar para fins de IRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relacionamentos. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando e divulgando os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções relevantes resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as

CNPJ nº 17.093.556/0001-15

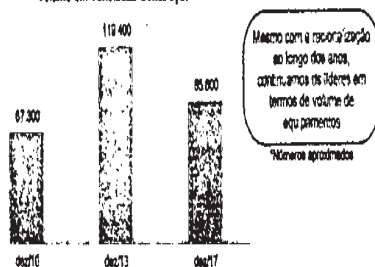
MILLS ESTRUTURAS E  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

Mills

## 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2017, conforme esperado pela Administração, foi mais um ano com resultados difíceis. Ao longo do ano várias medidas foram implementadas, sendo que podemos destacar algumas, visando: **Aumento da Receita:** • Contratação em janeiro de 2017 do novo Diretor Comercial e de Marketing com a criação da área de Business Intelligence e importantes medidas para a implantação da nova estratégia comercial. • Iniciativas mais estruturadas na unidade de negócio Rental para aumentar a exposição ao mercado de não construção. • Realização da primeira Convenção de Vendas em julho, com todo o time comercial em um único evento, como resultado da integração da área. **Redução de Custos:** • Melhor alocação do capital investido, através da redução do nosso PP&E e consequente racionalização de filiais na unidade de negócio Construção, principalmente focado no mercado de edificações leves. • Mudança da nossa filial em São Paulo, de Osasco para Cotia. **Adequação dos Covenants Financeiros:** • Renegociação dos covenants das debêntures em março de 2017, com a criação das contas vinculadas e alteração da remuneração das tranches. Na unidade de negócio Construção, os preços praticados ainda foram pressionados em 2017 devido à retração da economia dos últimos anos, à redução do investimento público em infraestrutura e à limitada retomada do mercado imobiliário. Com a nova política de preços mínimos implantada em dezembro de 2017 para novas propostas, a expectativa é que o preço médio dos novos contratos aumente em 2018. Com relação à unidade de negócio Rental, o PIB tem demonstrado sinais de melhora pelo consumo das famílias, que vem refletindo na demanda. Mais uma vez voltamos a nossa estratégia acertada de buscar o aumento da nossa exposição ao mercado não-construção, que representou 56,6% da receita da unidade nesse ano, ante 35,4% em 2016. Este efeito tem impactado positivamente o aumento da demanda no segundo semestre desse ano, o que está nos possibilitando aumentar os preços dos modelos mais demandados. Com a nova estratégia comercial, viabilizada pela nova Diretoria Comercial e pela área de Inteligência de Mercado, implementamos diversas iniciativas, como a criação de reuniões de processos comerciais semanais para acompanhar a demanda de nossos produtos por região, criação e acompanhamento de leads de mercado e atualização semanal das tabelas de preços, que pode ser para cima ou para baixo. Para o ano de 2018, a Administração da Mills exercitou várias alternativas para buscar o equilíbrio do resultado do período. Nosso maior foco continuará na estratégia comercial, na redução da inadimplência e preservação de caixa. Para a unidade de negócio Construção, nossa estratégia será: (i) redução de custos, (ii) redimensionamento da unidade de negócio para atingir o break-even de caixa em 18 meses; e (iii) foco nos segmentos mais rentáveis, que demandam soluções de engenharia mais complexas, onde temos maior diferenciação.

Volume em Toneladas Construção¹

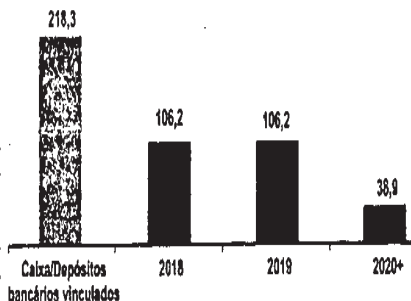


Já para a unidade de negócio Rental, nossa estratégia será: (i) na sustentação da estratégia de penetração no setor de não-construção com aumento da cobertura de mercado, (ii) recuperação contínua de preço e disponibilidade de máquinas que estão em manutenção, (iii) saída do mercado de manipuladores em função de baixa rentabilidade e frustração da estratégia de entrar na obra primeiro com este tipo de equipamento, através da venda do número remanescente de manipuladores (137 equipamentos com valor de livro aproximado de R\$7,7 milhões).

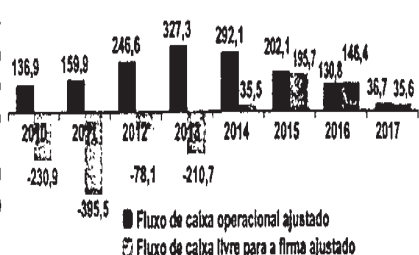
**4.2. Custos e Despesas.** Os custos consolidados da Mills, excluindo depreciação, tiveram redução de 6,8% em relação ao ano anterior, como resultado das menores vendas, da queda do volume locado e pela estratégia de redimensionamento da unidade de negócio Construção. Neste ano passamos a classificar os gastos da área de projetos no CPV, antes registrados dentro da rubrica Comercial, Operacional e Administrativo do SG&A, esta alteração se deve pois acreditamos que a área está diretamente ligada ao faturamento de locação. Em 2017 os custos referentes a essa área somaram R\$7,4 milhões, ante R\$6,6 milhões em 2016. Como percentual da receita líquida total, os custos apresentaram um aumento, passando de 43,2% em 2016 para 54,9% em 2017. As despesas gerais e administrativas, excluindo PDD, apresentaram um aumento de 0,6%. Excluindo as despesas não recorrentes, de R\$16,9 milhões e R\$38,2 milhões respectivamente, a redução foi de 13,9%, reflexo das medidas de racionalização de custos e despesas adotadas pela Companhia. Em 2017, ocorreu o fechamento ou mudança de 8 endereços de Construção, sendo eles: Ananindeua, Fortaleza, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Campinas e Curitiba além de realizar a mudança de Porto Alegre e Cotia. Em 2017 a PDD acumulada somou R\$ 10,6 milhões, equivalente a 3,6% da receita líquida, ante 5,3% em 2016.

	2016 (A)	2017 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
CPV total, ex-depreciação	171,4	159,8	-6,8%	(11,6)
Execução de obras, depósito e projetos¹	124,6	118,2	-5,2%	(6,4)
Custo das vendas de equipamentos novos	5,7	4,2	-26,9%	(1,5)
Custo das vendas de equipamentos seminovos	29,7	28,9	-2,9%	(0,9)
Baixa de Ativos	11,3	8,6	-24,3%	(2,8)
SG&A, ex-PDD	163,1	164,1	0,6%	1,0
Comercial, Operacional e Administrativo	93,8	78,9	-15,9%	(14,9)
Serviços Gerais	38,7	37,6	-2,9%	(1,1)
Outras despesas	30,6	47,6	55,8%	17,0
PDD	21,2	10,6	-50,1%	(10,6)
CPV + SG&A Total	355,7	334,5	-6,0%	(21,2)

**4.3. Itens não recorrentes.** Durante o ano de 2017, registramos R\$38,2 milhões de despesas não recorrentes. Essas despesas englobam: i) principalmente as despesas de reestruturação, como reflexo da estratégia da Companhia de redimensionamento de filiais e de equipamentos voltados para edificações leves, ii) da mudança de nossa filial de Osasco (SP) para Cotia (SP) e iii) de passivos da unidade de negócio Serviços Industriais, vendida em 2013. Na unidade de negócio Construção, devido a duração dos contratos e a complexidade dos projetos, nos permitimos atender remotamente aos clientes. Nesse ano de 2017, finalizamos o processo de desmobilização das filiais Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP), Fortaleza (Ceará), Belém (Pará), Curitiba (Paraná), Vitória (Espírito Santo) e Belo Horizonte (Minas Gerais) da unidade de negócio Construção. Foram realizadas as mudanças das filiais Cachoeirinha (Rio Grande do Sul) e Osasco (São Paulo) da unidade de negócio Rental e Construção, e a mudança das filiais Belém (Pará), Curitiba (Paraná), Campinas (São Paulo) e Ribeirão Preto (São Paulo) da unidade de negócio Rental. Além das operações acima, entregamos um terreno que armazenava equipamentos da unidade de negócio Construção em São Luís. Cumprimos o cronograma inicial e desmobilizamos um total de 30 mil toneladas e sucateamos aproximadamente 11 mil toneladas de equipamentos, cumprindo assim o plano definido no início do projeto. Com isso encerramos o ano com 7 filiais em Construção e uma filial hibernada, e 29 filiais na unidade Rental e um ponto de apoio em Teresina (Piauí). Nesse trimestre fechamos a filial de Manaus na Rental. As despesas de reestruturação continuam sendo influenciadas pelas



**4.9. Fluxo de Caixa Indireto.** O fluxo de caixa operacional, antes de juros pagos, aquisição de bens de locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas foi positivo em R\$36,7 milhões em 2017. Na comparação com o ano de 2016, a redução de 71,9% se deu principalmente em função do frágil momento do mercado. A Companhia acompanha diariamente o fluxo de caixa e os covenants, sempre buscando conservação de caixa e otimização de recursos.



**4.10. Investimentos.** No ano de 2017, como reflexo de um mercado mais retraído, o investimento foi direcionado para i) a adequação do mix da frota da unidade de negócio Rental para melhor atender o mercado de não construção; ii) acessórios para compor o mix de equipamentos de locação voltados para o mercado de Construção e iii) melhorias nas filiais e adequação da nova filial em Cotia. São Paulo. A Companhia investiu R\$29,5 milhões, sendo R\$17,3 milhões para ativos de locação, com impacto caixa de R\$14,5 milhões e R\$12,0 milhões destinados para bens de uso operacional e de apoio, aonde podemos destacar os investimentos feitos na nova filial de Cotia. Para o ano de 2018, visto a alta taxa de ociosidade dos equipamentos da unidade de Construção e pela idade média de nossos equipamentos relativamente baixa em ambas as unidades de negócio, o investimento total será baixo, em um patamar inferior ao realizado no ano de 2017.

## 5. MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social votante e total da Mills era constituído de 175.586.442 ações ordinárias, sendo que os acionistas controladores detinham, em conjunto, 34,5% do capital social votante e total. Nesse mesmo período a Companhia mantinha 2.278.422 ações em tesouraria. O free float era igual a 63,8%. O preço de fechamento da ação da Mills (MILS3) na BM&FBOVESPA, no ano de 2017, foi igual a R\$4,12, com aumento de 5,4% em relação ao preço de fechamento do ano de 2016, enquanto o índice IBOVESPA teve uma variação positiva de 26,9% no mesmo período. No final de 2017, o valor de mercado (market cap) da Mills era igual a R\$ 723,4 milhões. Desde sua abertura do capital, em 15 de abril de 2010, até o final de 2017, a MILS3 obteve desvalorização de 64,2%, versus queda de 8,3% do índice IBOVESPA. O volume financeiro médio diário das ações da Mills negociadas em 2017 na BM&FBOVESPA foi de R\$ 3,1 milhões, 16,4% inferior ao reportado no ano anterior. Em função dos resultados apurados no exercício de 2017, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.

tório nacional, proporcionando uma relação mais próxima do cliente e rapidez no atendimento para prover a solução mais adequada para cada tipo de desafio. A qualidade diferenciada da formação do nosso time, aliado à experiência diversificada e parcerias internacionais com empresas líderes do mercado, nos permite entregar soluções customizadas e com a mais avançada tecnologia adaptada a cada necessidade.

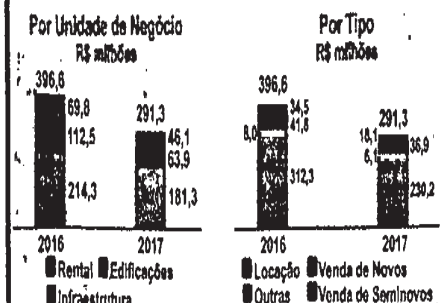
### 3. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Companhia conquistou em 2017 reconhecimentos e premiações que atestam o seu bom desempenho em suas áreas de atuação. A Companhia recebeu em 2017 os Prêmios PINI Melhores da Construção em duas categorias: Lançamentos de Destaque (Nome do Projeto ou Produto: Lançamento Sucessivo Hidráulico) e Case de Sucesso (Nome do Projeto ou Produto: Lançamento de vigas com Treliça Lançadeira escorada com torres AlumiLis). O Prêmio PINI visa identificar e premiar obras, produtos, serviços e ações de referência para melhoria e desenvolvimento do setor da construção, com foco em boas práticas, inovação e qualidade. Internacionalmente, a Companhia teve seu técnico reconhecido como o melhor instrutor de plataformas aéreas do mundo pelo IAPA Awards – a maior premiação do setor, organizado pelo IAPF (International Powered Access Federation). O case apresentado pela Mills e que ficou entre os melhores projetos do ano mostra a utilização de plataformas aéreas de forma inovadora em ambientes não convencionais - onde não se imaginaria o uso de equipamentos mecanizados, resultando em ganhos com produtividade e redução de custos.

### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

R\$ milhões	2016 (A)	2017 (B)	(B)/(A)	(B)/(A)
Receita líquida de vendas e serviços	396,6	291,3	-26,6%	(105,4)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(313,6)	(290,0)	-7,5%	23,7
<b>Lucro bruto</b>	<b>83,0</b>	<b>1,3</b>	<b>-98,4%</b>	<b>(81,7)</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(193,5)	(168,6)	-12,9%	24,9
Outras receitas (despesas) operacionais	(3,7)	(19,6)	430,8%	(15,9)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável	(3,9)	(2,0)		
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>(118,1)</b>	<b>(189,0)</b>	<b>60,0%</b>	<b>(70,8)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(26,3)</b>	<b>(13,6)</b>	<b>-48,4%</b>	<b>12,7</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(144,4)</b>	<b>(202,5)</b>	<b>40,2%</b>	<b>(58,1)</b>
Imposto de renda e contribuição social	45,0	64,1	42,6%	19,2
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(99,4)</b>	<b>(138,4)</b>	<b>39,2%</b>	<b>(39,0)</b>
<b>EBITDA CVM</b>	<b>40,9</b>	<b>(43,2)</b>	<b>-205,7%</b>	<b>(84,1)</b>
Margem EBITDA CVM(%)	10,3%	-14,8%	-243,9%	
<b>EBITDA ex-não recorrentes</b>	<b>57,8</b>	<b>(5,0)</b>	<b>-108,6%</b>	<b>(62,8)</b>
Margem EBITDA ex-não recorrentes(%)	14,6%	-1,7%	-111,8%	
<b>Fluxo de Caixa Operacional Ajustado</b>	<b>130,8</b>	<b>36,7</b>	<b>-72,0%</b>	<b>(94,2)</b>
Fluxo de Caixa Livre para a Firma Ajustado	146,4	35,6	-75,7%	(110,8)
Saldo final de Caixa	330,7	67,8	-79,5%	(262,9)
Capex Bruto (regime de competência)	5,5	29,5	433,1%	23,9

4.1. Receita Líquida. A receita líquida da Mills atingiu R\$ 291,3 milhões em 2017, redução de 26,6% em relação ao valor registrado no ano anterior. O maior impacto foi a queda na receita de locação, responsável por 78% da queda, tendo como principais ofensores o preço praticado e o menor volume locado em ambas as unidades de negócio.



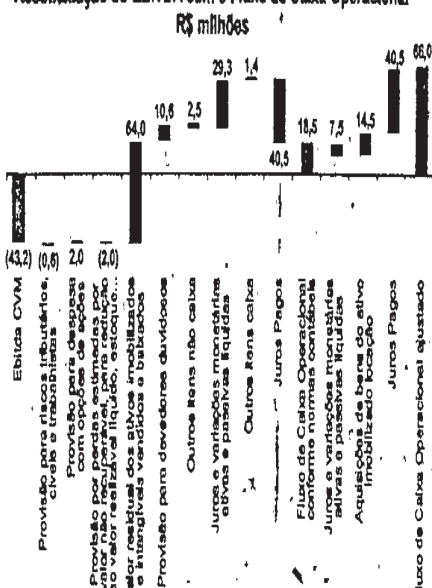
suído do exercício do valor reconhecido em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2016, de R\$13,8 milhões, perfazendo uma variação global de R\$6,0 milhões. A variação líquida foi de R\$4,0 milhões considerando o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2017.

### Evolução EBITDA - em R\$ milhões

	2016	2017
EBITDA CVM	40,9	-43,2
Não recorrentes	-16,9	-38,2
Despesas reestruturação	-13,8	-32,7
Fechamento de filiais e mudanças organizacionais	-10,1	-13,1
Resultado venda de sucata	-3,7	-19,6
Outras despesas não recorrentes	-3,1	-5,6
Despesas Mills SI	-3,1	-5,6
<b>EBITDA ex não recorrentes</b>	<b>57,8</b>	<b>-5,0</b>

4.5. EBITDA e Margem EBITDA. O EBITDA CVM foi de R\$20,2 milhões negativos no 4T17 e R\$43,2 milhões negativos no ano de 2017. Desconsiderando os itens não recorrentes de R\$8,9 milhões no trimestre e R\$38,2 milhões no ano, e o resultado líquido de vendas de seminovos de R\$2,7 milhões no trimestre e R\$6,4 milhões no ano, o EBITDA ajustado seria de R\$14,0 milhões negativos no 4T17 e R\$11,4 milhões negativos no ano, respectivamente. Na página seguinte demonstramos a reconciliação do EBITDA com o fluxo de caixa operacional ajustado. Reconciliação do EBITDA com o Fluxo de Caixa Operacional R\$ milhões

### Reconciliação do EBITDA com o Fluxo de Caixa Operacional



4.6. Resultado Financeiro. O resultado financeiro foi negativo em R\$13,6 milhões em 2017, contra valor negativo de R\$26,3 milhões em 2016, como consequência da redução no endividamento, apesar do aumento no custo médio da dívida no período, em função principalmente da negociação da remuneração das debêntures em abril de 2017. Nesse ano amortizamos R\$150,3 milhões de principal, sendo 98% referentes às debêntures. 4.7. Resultado Líquido. Em 2017 o prejuízo líquido foi de R\$138,4 milhões frente R\$99,4 milhões registrados no mesmo período do ano de 2016. 4.8. Disponibilidade e Indicadores de endividamento. Em função do descolamento entre o Fluxo de Caixa Operacional e o Ebitda, no dia 22 de março a Companhia realizou uma AGD em sua sede. Nesta assembleia foram definidas as seguintes alterações: i) Os Covenants anteriormente determinados na escritura original das Debêntures de Dívida Líquida/Ebitda LTM ajustado ≤ 3 e Ebitda LTM ajustado/Resultado Financeiro ≥ 2 passaram a ser Dívida Líquida/Fluxo de Caixa Operacional ajustado ≤ 3 e Fluxo de Caixa Operacional ajustado/Resultado Financeiro ≥ 2; ii) Criação de contas vinculadas com 50% do saldo da dívida com regra de liberação da conta caso ocorra o atingimento por dois trimestres consecutivos dos covenants originais; iii) A taxa da 2ª emissão de debêntures, 1ª série que era de CDI+0,88% passou para CDI+1,2%. Esta série será encerrada no mês de agosto de 2017. A taxa da 2ª emissão de debêntures, 2ª série que antes era IPCA+5,5% agora é IPCA+7,0% e a taxa da 3ª emissão de debêntures que era de 108,8% do CDI passou para 116% do CDI; e iv) Restrições quanto à distribuição de dividendos, que poderá ser distribuído apenas o mínimo

### 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia busca implementar as mais elevadas práticas de governança corporativa para agregar valor aos acionistas e ao mercado em geral. Desde a abertura de capital, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, nível mais elevado de Governança da B3. O Conselho de Administração é atualmente composto por seis membros, sendo três membros independentes, com mandato de 2 anos. No mês de junho de 2017, a Companhia elegeu o novo membro do Conselho de Administração Fabio Bruggioni, com experiência em tecnologia e processos de inovação. Sua posse foi no dia 4 de agosto. A eleição foi decorrente da renúncia do conselheiro Jorge Camargo. O Conselho é formado por profissionais com experiências e competências para fortalecer o processo de tomada de decisão da Companhia. Em novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou a manutenção dos trabalhos dos comitês de assessoramento denominados Comitê de Finanças e Riscos e Comitê de Gente e Gestão, bem como a consequente extensão do mandato de seus respectivos membros, até a Assembleia Geral Ordinária de 2018. Os comitês foram criados em novembro de 2016 com a finalidade de tomar a atuação do Conselho de Administração mais eficiente, potencializando as discussões pertinentes com recomendações fundamentadas, auxiliando no desempenho de suas funções legais e estatutárias. Os dois comitês têm caráter não-permanente, podendo ser livremente criados ou extintos pelo Conselho de Administração. A Diretoria é composta por cinco membros, sendo que quatro diretores são estatutários. O Conselho Fiscal foi instalado em 2011, tomando-se um órgão permanente em 2012, e composto por três membros efetivos, sendo um indicado pelos acionistas minoritários. Na busca constante do aprimoramento de iniciativas que visam assegurar o alinhamento e a uniformidade dos padrões éticos e morais que a Companhia acredita serem importantes para suas atividades, o Código de Conduta, aprovado em 2015, que deve guiar as atitudes e comportamentos de todos os colaboradores, está em processo de revisão. Com o objetivo de fortalecer a ética e combater as fraudes nas nossas atividades, temos o programa Fale Abertamente, que consiste em um canal de denúncias administrado por uma empresa especializada e pode ser utilizado por todos os colaboradores para denunciar situações antiéticas e/ou ilegais de maneira confidencial e anônima. Todos os relatos são apurados e direcionados de acordo com as políticas internas e a legislação vigente. Também temos disponível um canal de comunicação para o público externo esclarecer dúvidas, críticas, sugestões e denúncias.

### 7. GESTÃO DE PESSOAS

As práticas de Recursos Humanos da Companhia são baseadas na meritocracia e reconhecimento de sua equipe. Em 2017 a Companhia investiu R\$ 601 mil em treinamentos, totalizando 9.622 horas. Como reflexo das mudanças na estrutura organizacional da Companhia e fechamento de filiais, reduzimos o nosso número de colaboradores ativos de 1.295 no final de 2016 para 1.260 no final de 2017. A taxa de rotatividade foi de 1,17 % em 2017, versus 6,56 % em 2016. O Programa de Participação nos Resultados, assegurado à todos os colaboradores da Companhia, foi baseado em dois indicadores financeiros, EBITDA e Fluxo de Caixa mais metas específicas de cada área. Caso seja atingido pelo menos um dos indicadores, será distribuído 2,18% do valor obtido, cujo quinto será definido de forma crescente de acordo com seu nível hierárquico e segundo o atingimento das metas definidas para sua respectiva unidade de negócio/área, i.e., na proporção de 70% sobre o resultado dos indicadores financeiros e 30% sendo influenciado pelo atingimento das metas definidas. Em 2018 não haverá distribuição de qualquer quantia referente ao resultado de 2017. Adicionalmente foi aprovado em 2016 um novo plano de opção de compra de ações discricionário destinado aos administradores e pessoas chave da Companhia, com o objetivo de incentivar nossos colaboradores a conduzir com êxito os negócios da Companhia e estimular a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos administradores com os dos acionistas. O preço de exercício das opções é de R\$2,63 corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, podendo haver o exercício a partir de 2019 da 25% a cada 12 meses. Com o objetivo de atrair, desenvolver e reter talentos que queiram crescer e adquirir expertise para contribuir com o crescimento da empresa nos próximos anos temos o programa de estágio da Mills. No final de 2017, 51 estagiários participavam do programa, dos quais 84% são estudantes de engenharia e de cursos técnicos. Efetuamos 25 estágios em 2016 e 25 em 2017.

### 8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.  
Fernanda Barbosa Martinez  
Presidente do Conselho de Administração

Id: 2094902

## MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S/A

CNPJ/MF nº 27.093.558/0001-15 - NIRE nº 33.3.0028974-7  
Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** O Conselho de Administração da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia") convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas em primeira convocação no dia 26 de abril de 2018, às 11h, na sede da Companhia, localizada na Estrada do Guerengue, 1.381, Taquara, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre as matérias contidas na ordem do dia abaixo. Ordem do Dia: I. Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Tornar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal; 2. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, bem como eleger os seus membros; 3. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e 4. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar sobre a alteração dos seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia, na forma prevista na Proposta da Administração: (i) alterar o artigo 5º de forma a refletir o capital social atualizado da Companhia, de R\$688.318.462,91, representado por 175.586.442 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; (ii) alterar o artigo 15, caput, a fim de prever número mínimo de reuniões do Conselho de Administração por ano, bem como os respectivos parágrafos 2º e 3º, de modo a regular a forma de convocação e a participação remota de membros do Conselho de Administração em reuniões do órgão; (iii) alterar o artigo 16, de forma a explicitar a competência do Conselho de Administração para a aprovação de seus regimentos internos; (iv) alterar o artigo 17, a fim de: (a) ajustar a redação da alínea "b", "u" e "v"; (b) detalhar as hipóteses aplicáveis à alçada do Conselho de Administração em relação à alínea "j"; (c) excluir a atual alínea "w"; e (d) incluir as novas alíneas "x", "y" e "z", relacionadas à adoção de políticas e sistema de gerenciamento de riscos, controles internos, integridade/conformidade e governança corporativa que visam a modernizar a governança da Companhia e aumentar o controle sobre suas atividades. (v) alterar o artigo 28, caput, e parágrafos 3º, 5º e 7º, de modo a atribuir, ao Conselho Fiscal, caráter não permanente, bem como regular a forma de convocação e a participação remota de seus respectivos membros em reuniões do órgão; (vi) alterar o artigo 30, §1º, alínea "b"; e seu parágrafo 2º, para fins de ajustes de redação. (vii) regular o regime de co-presidência do Conselho de Administração por meio de: (a) ajuste de redação dos seguintes dispositivos: artigo 10, caput; artigo 14, parágrafo 1º; e artigo 15, caput e parágrafos 1º e 4º; artigo 21, parágrafo único; e (b) inclusão da alínea "j" ao artigo 12. (viii) em decorrência das disposições do novo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente): (a) ajustar a redação dos seguintes dispositivos: artigo 1º, caput; artigo 12, alíneas "g" e "i"; artigo 13, com a inclusão da expressão "2º artigo 14, parágrafo 1º e 2º, artigo 10

tuo n.º V Artigo n.º 23 da Convenção do Condomínio; 4. Assuntos Gerais. Os condôminos poderão se representar por procuradores devidamente credenciados por procurações que atendam a todas as formalidades legais. Atenciosamente. Renato Jefferson Santos Lessa - Síndico do Cond. ED. Maria Quitéria. Rio de Janeiro, 23 de Março de 2018.

Id: 2094906

## FLUMINENSE INDUSTRIAL S.A.

CNPJ/MF. Nº. 27.626.847/0001-80

**Aviso aos Acionistas.** Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da Cia., localizada na Av. Fued Moises, nº 4 a 114, Triboó SG/RJ, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/17. SG/RJ, 20/03/2018. A Diretoria.

Id: 2095212

## APOLLO

INVESTIMENTOS

## APOLLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.

em recuperação judicial

CNPJ nº 33.017.088/0001-03 - NIRE nº 33.3.0004299-7

### Aviso aos Acionistas

A Apollo Tubos e Equipamentos S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.017.088/0001-03, comunica que os documentos e informações referidos no Art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, encontram-se à disposição de seus Acionistas, a partir da presente data, na sede da Companhia, localizada na Av. Christóvão Pimentel de Oliveira nº 2.651, Pavuna, Cidade do Rio de Janeiro - RJ. Rio de Janeiro, 26 de março de 2018. Apollo Tubos e Equipamentos S.A. Rafael Alcides Raphael - Diretor Presidente.

Id: 2094729

## COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA RIO

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178 ("Cia.")

**Aviso aos Acionistas.** Cia. de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio informa aos seus acionistas que a AGO da Cia. será realizada no dia 23/04/18, às 15h, na sede da Cia., localizada na Rua Almirante Grenfall, 405, 3º andar, Duque de Caxias/RJ. Duque de Caxias/RJ, 22/03/18. Carlo Alberto Bottarelli - Presidente do Conselho de Administração

Id: 2094517

## MLOG S.A.

CNPJ 13.444.994/0001-87 - Companhia Aberta

**Aviso Aos Acionistas - A MLOG S.A.** comunica que se encontram à disposição dos acionistas, na sede da Cia localizada na R. Lauro Muller 116, sls. 2601 e 2608/parte, Botafogo, CEP 22290906, na Cidade e Estado do RJ, os documentos a que se refere o art.133 da Lei 6404/76, bem como aqueles previstos no art. 9º da ICVM 481/09, relativos ao exercício encerrado em 31/12/17. RJ, 27/3/18.

Id: 2095273

## RÁDIO MUNDIAL S.A.

CNPJ/MF nº 33.300.914/0001-27 | NIRE nº 33.3.0013041-1

**Aviso - Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas,** na sede social na Rua do Russel, nº 434 - 4º andar, os documentos indicados no Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31.12.2017. Rio de Janeiro, 26 de março de 2018. A Diretoria.

conhecida em cartório (original ou cópia autenticada);  
iii) Cópia do contrato/estatuto social do representado ou do regulamento do fundo, se aplicável;  
iv) Cópia do termo de posse ou de documentos equivalente que comprove os poderes do outorgante da procuração, se aplicável.

Solicita-se que os acionistas representados por procuradores depositem, com antecedência mínima de três dias úteis, os documentos acima elencados no 8º andar do Edifício Lubrax (Gerência de Relações com Investidores). Para aqueles que apresentarem a documentação no dia da Assembleia, a Companhia informa que estará apta a recebê-la desde às 11 horas, no local onde a reunião será realizada.

Os acionistas podem optar por votar as matérias constantes deste Edital mediante a utilização do Boletim de Voto a Distância, conforme Instrução CVM 481, de 17.12.2009, observadas as disposições e procedimentos previstos no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia.

A Companhia informa que as instruções para o voto a distância constam do Manual da Assembleia.

Encontra-se à disposição dos acionistas, na Gerência de Relações com Investidores, localizada no 8º andar do Edifício Lubrax, e nos endereços eletrônicos da Companhia (<http://www.br.com.br/polr>) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>) toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada nestas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, nos termos da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2018.

Augusto Marques da Cruz Filho  
Presidente do Conselho de Administração

Id: 2093852

## COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ 33.634.999/0001-80

**ERRATA.** Nas Demonstrações Financeiras publicadas em 27/02/18, no DOERJ parte V, páginas 61 à 63, e no jornal Diário Comercial, páginas 9 e 10, no Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2017, na coluna do Passivo Circulante onde lê-se 93.805.774, leia-se 93.917.395; E na linha de total do Passivo onde lê-se 142.997.858, leia-se 143.109.479.

Id: 2095309

## MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF Nº 07.816.890/0001-53 - NIRE Nº 33.3.0027840-1

Companhia Aberta

**Edital de Convocação Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.** Ficam os Senhores acionistas da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente no dia 27 de abril de 2018, às 16:00 horas, na sede social desta Companhia, na Avenida das Américas nº 4.200, Bloco 2, 5º andar, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes do